

## **Educação: direito e desafios na formação docente**

---

*Mônica Ribeiro dos Santos de Oliveira  
Thais Susane Ananias Silva de Melo  
Ozilene Francisca Ferreira da Silva  
Josecleide Pereira de Andrade  
Maria Laise de Oliviera  
Ivanise Lopes da Silva Lima  
Josiene Albino Arruda  
Gercileide da Costa Lima  
Edna Maria Ferreira de Sena  
Elcileide Gomes de Lima*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.74.27

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a necessidade do estudo sobre Educação: direito e desafios na formação docente, utilizando fundamentações teóricas, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), realizando pesquisas bibliográficas e estudos ao tema onde falamos sobre a educação brasileira. A problematização desse trabalho é mostrar os desafios do docente, que possibilite o poder público o entendimento, a compreensão, conscientização, a reflexão sobre as Leis e as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, com uma visão crítica sobre a sua atuação diante de suas ações, mostrando a importância docente no cotidiano da escola. Vamos lembrar que o docente no espaço escolar tem o papel fundamental, na organização e na gestão da instituição na qual foi inserido para trabalhar, por isso devemos respeitá-lo, tendo consciência da sua qualificação que vem a contribuir muito no desenvolvimento da sociedade brasileira. Nessa temática, por meio de citações e leis que foram de suma importância para efetivar a elaboração do trabalho, onde nos ajudou a chegarmos nos resultados satisfatórios e ressaltando a importância do direito do docente brasileiro.

**Palavras-chave:** direito. docente. lei de diretrizes e bases da educação (LDB 9.394/96). Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

## ABSTRACT

This article aims to present the need for a study on Education: rights and issues in teacher training, based on theoretical foundations. Based on the directive law (LDB 9.394/96) called National Curricular Parameters (PCN's) and National Curricular Common Bases (BNCC), I carried out bibliographical research and studies on the subject where I write on education. The problematization of this book is to show the challenges of the teacher, which allows the public authorities to understand, understand, raise awareness and reflect on the Laws and pedagogical practices developed in the School, with a critical look at their performance. in the face of their actions, showing the importance of education in the daily life of the School. Remember that the teacher in the school space has a fundamental role in the organization and management of the institution in which he has been inserted to work. he must therefore be respected, he is aware of his qualification which greatly contributes to the development of Brazilian society. In this, the theme through citations of laws that were of paramount importance to effect in the elaboration of the work, where it helped to achieve satisfactory results and highlighting the importance of the law of the Brazilian teacher .

**Keywords:** law. teacher. Legal Guidelines (LDB). National Common Curriculum Base (BNCC).

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa com embasamentos teóricos, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional público ou privado do Brasil da educação básica ao ensino superior. A LDB é fundamental, para a lei brasileira que se refere à educação da sociedade. " Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana,

no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

Essas leis tem por intuito demonstrar os desafios dos docentes na formação continuada que inicia na formação básica e vai até na Ensino Médio. Os seus objetivos é capacita, melhorar a qualidade do ensino e trabalho, na compreensão, conscientização poder público sobre a educação e a reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola. A Educação é ato um de ensinar, educar, transforma a vida do discentes no desenvolvimento intelectual, moral e físicas ao meio ambiente que eles conviverem e aprender é continua ao longo da vida de todos. “O objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Organizar situações de aprendizado, nessa perspectiva, supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar, considerando-se sua especificidade e a inevitável transposição didática que o conteúdo sofrerá; saber que a escola é um espaço de interação social onde práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam, assumindo características bastante específicas em função de sua finalidade: o ensino.”(Brasil, 1988)

Devemos lembrar a expressão formação continuada como sendo muito mais ampla, essa questão sobre a continuidade até quando ou até onde? O docente mais preparado com cursos de aperfeiçoamento, pós graduação, Mestrado e doutorado e sendo valorizado, respeito pelo poder público, pela comunidade e sociedade. Essa formação ensina trabalhar as competências, habilidades segundo Base Nacional Comum Curricular (BNCC), faz uma grande transformação em todos envolvidos na educação. O poder público deve ter olhar crítico e valorizar o ensino de qualidade para povo brasileiro, deixando as manifestações, conflitos políticos, intrigas pelo poder e pagar os profissionais correto. Segundo a constituição: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

## **EDUCAÇÃO UM DIREITO SOCIAL E COMO AS POLITICAS PÚBLICAS INTERFEREM NO ÂMBITO EDUCACIONAL.**

A educação é um conceito muito amplo e traz um leque de conhecimentos que vão sendo avaliadas e modificadas de acordo com as necessidades da população e dos órgãos que a controla como o estado. Isso quer dizer que as políticas educacionais são um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral é aplica às questões escolares, visando à educação escolar como a base para toda população. “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1996).

Quando se afirmar que “a educação é direito de todos”, faz-se necessário compreen-

der que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em inclusão e o potencial de todos.

Desta forma, se faz necessário identificar uma abordagem que vá além de uma ampla compreensão das relações macrossociais que envolvem a política educacional, e que procure investigar as relações destas com o movimento histórico local e as relações pelas quais são ressignificadas, avaliando o diagnóstico local, de onde as mesmas são inseridas.

Nesta perspectiva faz-se necessário essa observação porque a educação é algo que vai além do ambiente escolar. Tudo o que se aprende socialmente com a família, no trabalho e em todo o ciclo social de cada indivíduo, é resultado do ensino, da observação, da repetição, reprodução, dessa forma é educação. Porém, a educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas - leis.

Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a instituição escolar, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo com gestores, professores, e principalmente os alunos que são a parte principal de um ambiente escolar.

Com as políticas públicas, ocorreram transformações que modificaram a dinâmica da sala de aula, onde o professor torna-se um fator chave determinante no processo de aprendizagem dos discentes, tendo que buscar sempre inovações para melhorar suas ideias, essas inovações possibilitaram abrir novas discussões com relação à vivência dentro do âmbito escolar.

É preciso ter em mente que todas as relações que ocorrem nas instituições de ensino são importantes para a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral do alunado em si do ser humano. A interação entre professor - aluno é fundamental, pois essa relação facilita o ensino - aprendizagem, o docente passa a ter mais facilidade em expor os conteúdos e os alunos assimilam o conhecimento de forma dinâmica, participativa e harmoniosa.

Falar de educação e sua relação com as políticas públicas, não significa, assim, limitar-se a discutir sobre as diferentes modalidades de transmissão do saber, sobre as metodologias que constituem tais processos, ou conscientizar os sujeitos, mas, principalmente, colocar em análise esses modos a partir de seus fundamentos e efeitos, pois, sempre existem pressupostos político, éticos e culturais na base da vontade de fazer e transmitir os conhecimentos culturais, de uma geração para outra, de uma pessoa a outra ou de acordo com a cultura e local onde a sociedade se encontra.

Primeiramente, é necessário admitir que há, de fato uma inter-relação entre as políticas educacionais, a organização e a gestão das escolas, as práticas pedagógicas na sala de aula e o comportamento das pessoas. As políticas educacionais e diretrizes organizacionais e curriculares são portadores de intencionalidades, ideias, valores atitudes, práticas, que influenciam as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas determinando um tipo de sujeito a ser educado, (LIBANEO, 2008, p. 14).

De tal forma, observamos que no passado tais práticas começaram a ser implantadas a fim de viabilizar uma educação de qualidade para todos. Época onde já se falava de inclusão social, autonomia, cidadania e melhor qualidade para a educação pública. Enfim, através da vivência dentro do âmbito escolar, procuramos observar as vivências do passado com uma possível articulação das práticas pedagógicas desenvolvidas e vivenciadas no presente, assim voltadas

também para o modelo do docente moderno.

O professor da atualidade deve conter uma visão mais aguçada e que almeja um ensino de qualidade, já incorpora em suas práticas pedagógicas as políticas públicas, itens como a televisão e a internet, contudo, muitos ainda trabalham com recursos tradicionais. Para Gadotti (2000, p. 5) discute:

Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica.

Quanto ao processo de aprendizagem, LIBÂNEO afirma que:

As mudanças nas formas de aprender afetam as formas de ensinar, em vista da subordinação das práticas de ensino à atividade de aprendizagem e às ações do aprender e do pensar. Sendo assim, o que se espera da aprendizagem dos alunos também deverá ser esperado de um programa de formação dos próprios professores. (LIBÂNEO, 2004)

Dessa forma observamos que, as políticas públicas vão sendo construídas e reconstruídas de acordo a necessidade do presente, visando melhorar a aprendizagem dos alunos. No entanto essas políticas educacionais vinculadas às políticas públicas nem sempre alcançam os resultados esperados, pois cabe e depende muito dos profissionais da educação fazer-las funcionar, para isso se faz necessário que os professores, faça valer seu compromisso e suas responsabilidades para com os discentes.

## **Como as políticas públicas interferem no âmbito educacional**

As políticas públicas educacionais englobadas a educação como direito social na atualidade têm a função de estabelecer um elo de interação para que a mesma esteja sempre condicionada à qualidade, e suas particularidades de acordo com o processo histórico vivenciado pela sociedade. O próprio termo político público já estabelece uma visão social voltada para a população.

“Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - Valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial; XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.” (BRASIL.1996).

A sétima e última constituição a ser analisada é a de 1988, onde estão sintetizadas as contradições do processo de redemocratização em que vivia o país na época do governo de José Sarney. A “Constituição Cidadã”, assim avaliada pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) Ulysses Guimarães, faz referência aos direitos sociais, com destaque para o

direito à educação.

Entretanto, nos últimos doze anos, o Governo Federal através do MEC vem implementando políticas educacionais que visam à compressão dos gastos públicos, a transferência de responsabilidades, especialmente de investimentos na manutenção do ensino, para Estados, municípios, iniciativa privada e associações filantrópicas, ficando a União com as atribuições de controle, avaliação, direção e, eventualmente, apoio técnico e financeiro de caráter subsidiário e suplementar (SAVIANI, 2000).

Dessa forma estes órgãos superiores, geram certa dificuldade na forma de como estas políticas vão ser implantadas nos estados e municípios, pois em alguns casos nos deparamos com uma realidade social diferenciada, onde repasses públicos não são empregados de forma adequada, à falta de fiscalização, e dessa forma ocorrem conflitos na hora da atuação dessas políticas.

Esta postura do Governo, de controle financeiro com os gastos públicos na implementação das políticas públicas, está em constante harmonia com o pensamento neoliberal, que tem a gênese de sua efetivação no Brasil, com o governo Collor no início da década de 90. É um princípio racionalidade financeiro que se fará refletir em todo o campo educacional aprovado a partir de então.

O Plano Nacional de Educação (PNE lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001), instrumento da política educacional que estabelece os objetivos e metas para a educação em todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério, para o financiamento da educação e para a gestão educacional, teve sua gênese e discussão situada durante o governo FHC e como no caso da LDB, foi um processo demorado e turbulento.

A ideia de um Plano Nacional de Educação encontra respaldo legal na constituição de 1988 e na LDB. A constituição federal fixa no artigo 214 que a lei (LDB) estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I Erradicação do analfabetismo;
- II Universalização do atendimento escolar;
- III Melhoria da qualidade do ensino;
- IV Formação para o trabalho;
- V Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Dessa maneira o governo buscava melhorar a educação pública no país, visando melhorias em suas políticas educacionais, tendo como base as determinações legais acima referidas, foram apresentadas ao Congresso Nacional duas propostas de planos nacionais, uma das discussões realizadas por diversos segmentos da sociedade civil, entidades acadêmicas científicas e sindicatos da área educacional, elaborada durante o I (em 1996) e o II (em 1997) Congresso Nacional de Educação CONED, e outra apresentada pelo poder executivo (MEC) sendo mais tarde aprovada.

O Plano Nacional de Educação da Sociedade Civil ao tratar a respeito do financiamento da Educação faz uma previsão de aumento expressivo nos investimentos para a educação. A aplicação de recursos projetada neste plano alcançaria 10% do PIB (Produto Interno Bruto) ao longo dos seus dez anos de vigência (SAVIANI, 2000).

Um investimento expressivo em termos imediatos do percentual do PIB destinado à educação foi avaliado por todos os que participaram na sua elaboração, como condição indispensável para o êxito do plano no enfrentamento dos problemas educacionais e alcance das metas traçadas. Esta proposta de PNE buscava “introduzir a racionalidade social, isto é, o uso adequado dos recursos de modo a realizar o valor social da educação” (SAVIANI, 2000, p.89).

O PNE elaborado pelo MEC, por outro lado, fundamentado em uma lógica de financiamento centrada na racionalidade financeira, caracterizada pela redução dos gastos públicos na área social, através de esforço conjunto da União, dos Estados e Municípios e do setor privado, do percentual do PIB aplicado em educação, para apenas 6,5%. Para SAVIANI (2000):

A referida lógica se explica a partir da própria estrutura capitalista que subordina invariavelmente as políticas sociais à política econômica (...). Nas condições atuais em que a estrutura econômica assume a forma do capitalismo financeiro, a racionalidade financeira passa a comandar as políticas de modo geral e, conseqüentemente, também as políticas sociais, dando origem à abordagem neoliberal das políticas pública (p. 157).

Dessa forma podemos concluir que com uma aplicação mínima de recursos citada anteriormente, jamais se conseguirá programar medidas que visem, de acordo com as determinações constitucionais, erradicar o índice de analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, e conseguir efetivar outras políticas criadas. Assim, ao partir do princípio de que as razões para os problemas da educação no país não vêm da falta de recursos financeiros, mas do mau gerenciamento e aplicabilidade eficaz e com a justificativa de que os recursos para a área sociais, hoje disponíveis, são limitados, acabou se estabelecendo prioridades, dessa forma a educação não conseguirá atingir suas metas.

É cada vez mais evidente a participação da sociedade civil na construção e no acompanhamento das políticas sociais do governo. A participação da sociedade nos espaços públicos tem por finalidade não só avaliar a forma de trabalho do governo, mas participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Neste estudo, fizemos algumas considerações teóricas metodológicas sobre a análise das políticas educacionais na educação como direito social, onde destacamos a importância de se debater questões teórico-metodológicas da análise de políticas, bem como se buscou ampliar o diálogo com abordagens e referenciais analíticos que foram empregados em outros momentos históricos do país, com o objetivo de aprofundarmos nosso quadro de referências teórico metodológicas da análise de políticas educacionais, bem como de construirmos novos referenciais. A pesquisa sobre políticas educacionais relacionadas a educação como direito social, comprometida com uma perspectiva crítica e com a análise da totalidade e suas diversas relações com a população em geral.

Nesse sentido, ainda no âmbito da educação verificamos que para se obter uma educação de qualidade, envolve assegurar as escolas e aos gestores um projeto pedagógico condizente com as necessidades locais de cada região, sempre vinculados as políticas educacionais criadas, durante o processo vivenciado, e seriamente pensado para a melhoria da aprendizagem e isso implica considerar a singularidade local, a cultura e as condições de trabalho de cada local.

Dessa forma, o país poderá oferecer condições para que se tenha uma educação responsável, democrática e condizente com as suas principais diretrizes e teremos realmente uma educação de qualidade, garantindo o acesso dos educandos à cultura, os conhecimentos social-

mente construídos e sistematizados como se é proposto.

## **INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS NA APRENDIZAGEM E QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO / TEORIA E PRÁTICA**

A transformação de todas as escolas em escolas inclusivas é um grande desafio que teremos que enfrentar. A redefinição do papel das escolas ainda se faz necessário muitas mudanças que devem ser atuantes na transformação inclusiva, nesse contexto o redimensionamento no enfoque da transformação dos professores é imprescindível, mas ainda não basta, há muitas coisas a ser fruto de uma escola melhor, como: uma política reflexiva, investimentos, verbas com monitoramento no que diz respeito às escolas, melhoria na infraestrutura, acolhimento de todos, materiais adequados para os discentes e com deficiência que necessite de apoio pedagógico e tantas outras coisas que seja bom para todos. O objetivo de uma escola inclusiva não deve ser de adquirir conhecimentos, mas, sim, de desenvolver a capacidade de adquirir conhecimentos. Tanto alunos quanto professores devem ser incluídos, realidades precisam ser consideradas: professor e equipe (professor/ escola/ aluno).

“Lebedeff e Pereira (2005) referem-se à inclusão de como poderia ser o sofrimento de pessoas excluídas e aborda conceitos de como propor o processo de ensino-aprendizagem aos que muitas vezes apresentam desenvolvimento lento nas escolas. De outra parte, quando esses alunos não desafiados pela escola nela permanecem, possa manifestar condutas disciplinares adversas a sua experiência educativa família.”

Muitos têm falado e escrito sobre inclusão, tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social. A constituição Brasileira De acordo. Art. 58. LDB-Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996, entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A ofertada educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; (LDB, 1996).

Ao analisar a forma que a lei trás atentamente efeitos para que seja posto em prática princípios da LDB assim como também outros guias que fortalece o favor da inclusão, se faz necessário estar atentos às mudanças que podem ser feitas de acordo com as necessidades para que se possa receber o corpo discente na instituição de forma favorável a cada deficiência.

A Inclusão escolar é um direito de todos e um direito de igualdade e quando entendemos o que é inclusão fica clara e objetiva a este entender e consolidar ideias onde o modelo educacional tenham avanços significativos. Historicamente falando a luta por uma qualidade de ensino para todos não pode parar.

Para tanto, para que a inclusão de fato aconteça, é necessário que os profissionais e profissionais da educação estejam preparados para lidar com esses tipos de situações que faz



parte da vida do professor e classe pedagógica.

Dentro de uma perspectiva que busca uma escola inclusiva, tornam-se cada vez mais constantes desafios, apesar de tantas mudanças, ainda encontramos uma política que não produz ao certo o que deveria ser na prática.

Para Claudovil o processo de inclusão na escola entre os anos de 2010 a 2015 garante a educação como direito aos educandos com deficiência tem sido uma temática constante por meio da construção de políticas inclusivas, como também de estudos, em razão do avanço nas matrículas em escolas de ensino regular desde a educação infantil. Perante esse contexto, a pesquisadora apresentou os seguintes objetivos: analisar o acesso de crianças com deficiência na primeira etapa da educação básica; investigar o ingresso dessas crianças entre os anos de 2010 e 2015, neste nível de ensino. (Claudovil Barroso de Almeida Júnior, acesso em 25, nov. 2021, perspectivas em diálogos).

Podemos perceber que avanços chegam a vir acontecer, pois para atingir tal objetivo como o de matricular crianças com deficiência nas escolas é um deles, mas ainda é preciso perceber que esta leitura não basta, considerando que não é o suficiente, é possível vivenciar escolas com falta de estrutura para acolher alunos com deficiência. Em concordância com alguns teóricos e leis numa proposta de inclusão escolar é a peça-chave no que diz respeito ao olhar de incluir para todos de forma igual. É preciso que todo e qualquer professor tenha uma formação em um processo contínuo e permanente, ou seja, estar atentos aos direitos dos estudantes na garantia a aquisição e competências. Perspectivas em diálogos.

Para Lebedeff e Pereira (2005, p. 178) outro aspecto que pode ser analisado da influência sistêmica é a utilização de procedimentos metodológicos excludentes que provocam conflitos entre os diferentes segmentos sociais, beneficiando uns em determinado de outros. Esse processo de diferenciação entre os diferentes segmentos sociais é criado no ato de seleção e repasse do saber socialmente válido.

## **FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

A educação continuada se faz necessária pela própria natureza do saber e do fazer humanos, como práticas que se transformam constantemente. A realidade muda e o saber que construímos sobre ela precisa ser revisto e ampliado sempre. Dessa forma, um programa de educação continuada se faz necessário para atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças que ocorrem em nossa prática, bem como para atribuímos direções esperadas a essas mudanças. (CHRISTOV, 2003, p.9).

A formação docente é um processo contínuo. Ao iniciar carreira profissional, o professor inicia sua trajetória no curso de formação, fazendo-se necessário alicerçar novos conhecimentos que por meio de formação continuada, visando aperfeiçoar a teoria e a prática no seu contexto de trabalho. “Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendi-

mento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;" (BRASIL. LDB 9.394).

Ampliar os saberes pedagógicos, torna-se crucial numa profissão, como forma de transmissão e internalização de experiências em sua formação humana, em uma época em que as novas tecnologias foram introduzidas com tanta rapidez, os currículos são inovados, problemas de diversidade econômica, social e cultural que vem acarretando toda a sociedade. Faz-se necessário as escolas por meio do seu projeto pedagógico-curricular, desenvolver ações profissionais de formação, com estudo de caso, minicursos, oficinas, pesquisa, cursos, palestra e etc., garantindo um processo permanente.

Uma prática reflexiva limitada ao bom senso e a experiência pessoal de cada um não vai muito longe, pois o professor em exercícios precisa de saberes que não podem ser inventados em cima do nada e que sua reflexão será mais poderosa, quanto mais se encoraja numa ampla cultura em ciências humanas, (PERRENOUD, 1999).

O autor escreve que a formação é a garantia do progresso profissional permanente, no qual acontece através de estudos, discursões, reflexões, confrontações de experiências vivenciadas pelos docentes. Entretanto é de responsabilidade da instituição escolar como também do professor exercer seu papel de protagonista da sua própria formação, no contexto escolar.

Desse modelo a prática docente tem enfrentado diferentes desafios com evidentes repercussões na sala de aula, levando a necessidade a aprimorar e buscar diferentes estratégias de aprendizagem para sanar as dificuldades encontrada na sua prática, pois é preciso refletir que só a solução se houver transformação. Segundo Philippe Perrenoud, a reflexão possibilita transformar o mal esta, a revolta, o desanimo, em problemas, os quais, podem ser diagnosticados, explicados e ater resolvidos com mais consciência, com mais método. Nesse sentido ele retrata que a prática reflexiva durante as reuniões pedagógicas, leva a todo um corpo profissional em uma relação ativa e não queixosa de problemas e dificuldades.

O trabalho dos educadores reflete na sua prática de ensino, para que a qualidade da educação aconteça a formação teórica e prática profissional gera mudanças sociais que reflete no ensino e aprendizagem do aluno. Segundo Novoa (2002, p,23): "O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: A própria pessoa, como o agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente".

Para esse filósofo a formação acontece de maneira coletiva, através de reflexões sobre a prática com instrumentos de experiências.

É válido ressaltar que tudo que é construído por meio de informação e conhecimento, a escola é um ambiente que possibilita conhecimentos, por meio das informações que estamos vivenciando no meio social. O processo constante de formação aperfeiçoa os saberes pedagógicos dos educadores. A formação continuada auxilia o docente a estar atualizado as diferentes mudanças do contexto educacional, enriquecendo a gestão escolar, professores e coordenadores em aspectos pedagógicos, que possam somar dificuldades e possibilidades de mudanças significativas para todos que fazem parte da comunidade escolar, quando a formação, o docente

aprimora sua prática educativa dando um novo significado, o professor ao se qualificar desenvolvendo competências como: aulas mais dinâmicas, construção de novas estratégias para engajar os alunos, mas atividade de aprendizagem.

Nosso país tem sérios problemas socioeconômico e social, principalmente a desigualdades que afetam o acesso a todos a educação, dificultando uma construção de saberes sólido que por falta de oportunidade ao que dizem a respeito à qualificação do professor na sua carreira profissional; programas, repasses de valor, estruturas físicas das escolas, retrocedendo o cenário educacional. Tendo em vista a formação tecnológica, pois muitos brasileiros não têm computador, ou uma internet de boa qualidade, trazendo diferentes consequências para a carreira profissional, precisando de suporte, ou seja, de ferramentas que qualifique o professor. Assim Guimarães (2004, p.5):

A ampliação e eficiência dos meios de comunicação, o caráter de instantaneidade que os fatos adquiriram, as inúmeras mediações que provocam um turbilhão de estímulos que povoam a mente dos alunos, desencadeiam enorme ampliação da prática profissional, aumentando-se a complexidade da profissão, exigindo-se conhecimentos mais refinados para uma atuação produtiva. Deixam de existir em educação—se já existiram— fatos simples. A cada dia demanda – se uma formação (...) mais sólida, mais ampla e mais flexível par que o professor seja capaz de ir compondo sempre melhor as suas respostas, profissionalizando-se.

Para desenvolver a função de professor, além do diploma da graduação, isso não é suficiente para o sucesso da carreira, e preciso construir seu perfil, sendo necessárias capacitações constantes para permanecer se atualizando as necessidades do mercado de trabalho.

É de essencial importância o sistema educacional, fornece nas escolas oportunidades que contribui para a evolução constante dos professores, proporcionando contato com diversos recursos que os docentes melhorem sua prática de ensino, superando as dificuldades continuamente encontrada em sala de aula.

Todo esse investimento quem ganha é toda a população, aumenta a qualidade de ensino, os alunos obterão melhores resultados e as famílias satisfeitas com os resultados obtidos, gerando uma procura maior da sociedade para ir à escola.

O conhecimento só é gerado a partir de pesquisas de novas práticas. Desse modo faz – se necessário que a educação possa trazer meios que forneçam alternativas que fomentem confiança, motivação ao realizarem o cumprimento da missão, pois para exercer o papel de formador, são necessários equipamentos que contemplem os estudantes em um ensino digno, capaz de dialogar com a prática ao longo da vida.

## **A falta de valorização profissional igualitária**

A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo. (FREUD, 2002).

É difícil citar algo pessoal num universo tão coletivo como a Constituição Federal. O pensamento individual precisa ganhar espaço ao pensamento coletivo em nossa sociedade, para que construído por meio da discussão, do debate, da responsabilidade e do compromisso coletivo possamos alcançar resultados mais favoráveis.

No entanto, vivemos dias difíceis em nosso país até para a prática diária dos direitos

garantidos na própria Carta Magna.

Compreendemos que a constituição brasileira tem como objetivo construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo os direitos da população através de um conjunto de ações que são implementadas pelos poderes públicos, observamos que no decorrer dos últimos tempos essa legislação vem sofrendo um enfrentamento político para alteração da sua originalidade, o que precisa ser discutido e analisado com a participação do cidadão.

Desta feita, a sociedade vem acarretando os danos, sem a oportunidade de oferta de uma educação emancipatória, igualitária, democrática e participativa.

Não seria diferente num universo de educadores que possamos vislumbrar mudanças no âmbito educacional, uma vez que se busca garantir a oferta do ensino no nível da educação básica, sem a preocupação com a permanência e continuidade dos estudos nos níveis complementares e subsequentes.

É preciso um olhar direto e diferenciado para a educação por ser ela o único caminho para a transformação e o progresso de um país. De tal modo, cumpre ao nosso papel de protagonizar essas mudanças para que as futuras gerações venham a ter mais oportunidades de formação e mais espaço social para construir um país melhor de se viver.

A profissão exercida pelo professor vem sendo cada vez mais desvalorizada tanto economicamente como social, afetando a imagem da sua profissão. Isso vem correndo devido as condições precárias decorrente do trabalho, dificultando a atuação de seu profissionalismo, por meio de baixos salários, recursos de matérias didático e pedagógico, formação profissional entre outros...

O governo por sua vez não cumpri seu papel em favor da educação, levando uma degradação social e econômica dessa profissão, deixando de investir na qualificação profissional dos docentes em todo o país. No entanto, as autoridades fazem discursos e autopromoção, mas que na verdade não pratica as vagas que são ofertadas pelos programas, não contemplam toda a categoria, reduzindo o número de vagas de formação. Para que o professor a presente formação da docência é preciso se qualificar em mestrado, doutorado, coisas que o sistema político não contribui, limitando a participação desses profissionais. Assim o baixo desempenho afeto o acesso de uma educação igualitária, desrespeitando o cumprimento da universalização da educação para todos por meio da formação continuada, deixando os profissionais frustrados, baixa autoestima, perdendo sua identidade profissional que só é resinificada com resultados de aprendizagem.

Enquanto agirmos em nossas escolas contentando-nos com níveis mínimos de profissionalização (qualificação mínima, descompromisso com atualização pedagógica, autodesqualificação...) e profissionalismo (insensibilidade ao insucesso escolar dos alunos, má qualidade das experiências de aprendizagem dos alunos, rotinização e desencanto com o trabalho...) a luta pela profissional idade se esvazia por que os professores continuarão pensando que como esta, está bom. (GUIMARÃES, 2004, p. 5).

Por isso, construir um currículo que fortalece a identidade inicial e continuada dos profissionais da educação, é valorizar a educação com cursos que enriqueça sua prática didática, consolidando seus conhecimentos para desenvolver métodos que possa refletir no aluno de forma holística, promovendo a reflexão intelectual, tornando docentes participativos, motivados na execução das suas atividades, ampliando não só o acesso mais a garantia para todos os res-

ponsáveis que contribui no exercício dessa profissão.

A capacidade oferecida para o apoio dos professores tornar suas aulas produtivas, favorecendo diferentes ambientes de aprendizagem, que só por meio da reflexão, teoria e prática é necessária constante atualização, para atender com competência e conhecimento a geração de alunos que em momento estão em constantes construções e reconstruções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estudo sobre a Educação, é preciso afirmar a necessidade da formação continuada para o docente, segundo a LDB 9394/96 foi criada para garantir o direito de todos dos docentes e discentes ensino de qualidade e a valorizado os profissionais da educação promovendo, desenvolvendo e transformando os docentes. É O dever e obrigação da União, Estados e Municípios com ensino público. Com os Parâmetros curriculares Nacionais (PCN'S) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), utilizado a estrutura a estratégia, metodologia que leva os docentes a questionar, investigar e agir na sua realidade. Desenvolvendo habilidades, a criatividade e competências adequadas ao seu nível de aprendizagem.

A educação é direito de todos sendo formado integralmente os docentes, discentes e todos que está envolvido com a escola. Devemos respeita as diferenças, diversidades da sociedade. Os discentes com necessidade especiais que estão assegurados por leis, pelos Estados e Municípios. “O Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR – ISSO 8402. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília/DF: MEC, SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. MEC-SEF. Referencias para a formação de professores. Brasília, 1999.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. Educação Continuada: função essencial do coordenador pedagógico. São Paulo: Edições Loyola, 6ª edição, 2003.

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. 6 ed. Editora Papirus, são Paulo, 1994.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.
- GUIMARÃES V.S.: Formação de professores: saberes identidade e profissão. Campinas: Papyrus 2004.
- KONDER, Leandro. A dialética e o marxismo. Trabalho necessário, ano 1, n 1, 2003.
- LEBEDEFF, T. B. L. Educação Especial: olhares Interdisciplinares. Passo fundo: UPF, 2005.
- LIBÂNEO J.C, Pimenta S.G. Formação dos profissionais da educação- Visão crítica e perspectivas de mudanças. In: Educação e sociedade, 1999. P. 68.
- \_\_\_\_\_.: Organização e gestão da escola: teoria e pratica. Goiânia: Alternativa 2004.
- \_\_\_\_\_. Organização e gestão da escola: teoria e prática/ 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia; MF livros, 2008.
- NÓVOA, A. Os novos pensadores da educação. Revista Nova Escola, n. 154, p. 23, ago. 2002.
- PERRENOUD. Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens- entre duas lógicas. Porto Alegre:Artmed,1999.
- PIMENTA S.G.: Saberes pedagógicos e atividade docentes. 3. Ed. São Paulo: Cortês 2002.
- SAVIANI, D. Da Nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Educacional. 3ª edição rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2000 (Coleção educação contemporânea).
- BRASIL. Constituição, (1988). 2. Emenda Constitucional, Brasil.3. Revisão Constitucional, Título. <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>. Acesso em 17 de abril 2022.
- Claudovil Barroso de Almeida Júnior, Matrícula de crianças com deficiência na educação infantil (2010-2015): o que os dados revelaram?, 138-148, DOI : <https://doi.org/10.55028/pdres.v8i16.12060>, disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/issue/view/607>, acesso em 25 de abril 2022 .
- IFRN/Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/>. Natal/RN: IFRN, 2012.
- Inclusão. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/tag/mantoan/>. Acesso em 19 de nov. 2021.
- Trabalho docente. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/educacao-inclusiva.htm>, acesso em 20 de abril de 2022.